Historiografia e ensino de História no horizonte da redemocratização

Historiography and the teaching of History on the horizon of redemocratization

Francisco Gouvea de Sousa*
Henrique Gaio**

RESUMO

O objetivo deste artigo é enfatizar a redemocratização como horizonte para a historiografia e o ensino de história na contemporaneidade a partir de duas leituras de Capistrano de Abreu. Sem pretender exaurir a fortuna crítica sobre o suposto primeiro historiador moderno da historiografia brasileira, concentramos atenção em "Ronda noturna", de Ricardo Benzaquen, e "Mas não somente assim!", de Ilmar Mattos. Se "Ronda noturna" anuncia o risco de a historiografia moderna anular o acaso na História pela construção de um sentido unívoco, dialogando com esse mesmo diagnóstico, "Mas não somente assim!" pluraliza a compreensão do que seja autoria ao reconhecer a leitura, ou recepção, como caminho para sua produção.

Palavras-chave: Historiografia brasileira; Democracia; Ensino de História.

ABSTRACT

The objective of this article is to emphasize redemocratization as a horizon for historiography and the teaching of history in contemporary times based on two readings of Capistrano de Abreu. Without intending to exhaust the critical wealth on the supposed first modern historian of Brazilian historiography, we focus our attention on "Ronda noturna", by Ricardo Benzaquen, and "Mas não somente assim!", by Ilmar Mattos. If "Ronda noturna" announces the risk of modern historiography canceling out chance in history through the construction of a univocal meaning, dialoguing with this same diagnosis, "Mas não somente assim!" pluralizes the understanding of what authorship is by recognizing reading, or reception, as a path to its production.

Keywords: Brazilian historiography; Democracy; Teaching History.

* Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História. Doutor e Mestre em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; graduado em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: chico.gouvea31@gmail.com Orcid: https://orcid.org/0000-0002-4817-8604

** Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Possui graduação em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2005), mestrado em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2008) e doutorado em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2014). E-mail: henriquecgaio@gmail.com Orcid: https://orcid.org/0000-0001-6978-506X

UMA REVISTA PARA A REDEMOCRATIZAÇÃO?

"Entendemos que o momento presente nos coloca diante de perguntas cujas respostas podem e devem ser buscadas também em momentos passados." (OS EDITORES, 1988, p. 4). Com essa afirmação, a revista "Estudos Históricos" anunciava um projeto acadêmico que se coadunava com o horizonte histórico da redemocratização.[1] O desenho é explícito: o presente como pergunta e dúvida; o passado como possível caminho para respostas. O que a princípio fala de um desejo de conhecimento e de referencialidade do passado para o presente, não é tão rígido quanto parece. O documento de fundação da revista "Estudos Históricos" olhava para o passado nacional dentro de uma dualidade, explicitada desde o primeiro parágrafo, pela diferença entre Ciências Sociais e História:

> Enquanto as ciências sociais têm pretendido desnudar a previsão e a regularidade nos fatos sociais, a história vem recentemente refletindo sobre a indeterminação e o acaso na vida humana. A história quer nos falar da ação humana na construção de fatos, instituições e sociedades: do reino da liberdade (OS EDITORES, 1988: 3).

Essa dualidade entre "regularidade" e "indeterminação" era, ainda, um caminho para a renovação de como se deveria olhar para a história do Brasil: "Nem a idolatria do passado, nem a negação total das origens nos ajudam a entender o presente e a construir um futuro." (OS EDITORES, 1988, p. 3). No limite, o que estava em questão era um passado arcaico ou um passado recente, cuja presença inibia a história como progresso? Ou será que a questão era uma certa indeterminação, uma necessidade de deixar a história nacional incerta e aberta? Talvez as ideias em suspensão lutassem contra a generalização de uma história dos autoritarismos brasileiros como uma história que no fim se resume a um simples: "No Brasil as coisas sempre foram assim". Wagner Geminiano, ao se debruçar sobre a cartografia e memória da história da historiografia, indica a importância da revista para uma outra abordagem historiográfica:

> Mas perece ser indubitável que a REH [Revista Estudos Históricos] e a rede intelectual que a embasa inaugura uma modalidade distinta de pensar a história e a sua constituição disciplinar. Os trabalhos de Ângela de Castro Gomes, Manoel

> Salgado Guimarães e Ricardo Benzaquen de Araújo são exemplares neste sentido. Muito embora eles façam parte de um regime de escrita da história que já apontava, desde meados dos anos 1980, para uma necessidade dos historiadores pensarem aquilo que faziam, dadas as mudanças internas e externas à constituição daquilo que estava sendo chamado de historiografia brasileira profissional, acadêmica. Neste sentido, a principal novidade trazida por estes trabalhos é justamente a de tomar a escrita da história como objeto de estudo (...) (SANTOS, 2020: 324-325).

O primeiro número da revista contava ainda com outros/as historiadores e historiadoras que dariam o tom dos "caminhos da historiografia" na década de 1980.[2] Não se trata aqui de minimizar ou ajuizar a contribuição historiográfica dos ausentes na publicação ou tampouco configurar uma espécie de vanguarda historiográfica, mas de destacar certa sociabilidade e organicidade teórica do volume. Apostamos, assim, que neste mesmo gesto é possível investir no argumento de que as afinidades teóricas e o esforço de renovação dos estudos históricos expressavam também, de maneira mais ou menos sutil, o compartilhamento de um horizonte democrático. Projetava-se um futuro distinto da experiência autoritária recente do país. Vejamos as palavras dos editores para delinear uma intenção que extravasa uma dimensão puramente historiográfica e aponta para um posicionamento ético-político:

> Nossa proposta é a de reunir em uma revista todos os profissionais interessados em participar da análise do Brasil sob uma perspectiva histórica. Não queremos fazer uma revista de historiadores, ou de sociólogos, ou de cientistas políticos. Queremos sim que ela seja um órgão de divulgação de uma perspectiva multidisciplinar voltada para a história do Brasil. Queremos enfim ser o instrumento da divulgação de um saber que considera irrelevante o traçado de certas fronteiras acadêmicas e entende o conhecimento da história de um país não como um objetivo exclusivamente erudito e sim como uma preocupação fundamental para a vivência cotidiana de seus cidadãos (OS EDITORES, 1988: 4).

O conhecimento histórico, tal como compreendido pelos editores da revista, não se restringe às fronteiras disciplinares estabelecidas academicamente (SANTOS, 2020, pp. 315-340). Ao contrário de um conhecimento compartimentado e cioso de sua particularidade, os editores sublinhavam uma

dimensão política rotineira como forma de avaliar os impactos ou efeitos do conhecimento histórico na reconstrução e consolidação da democracia e da cidadania após a experiência ditatorial. Perante as permanências de forças herdeiras do regime militar na vida do governo, o passado se apresentava como um lugar que, mesmo em suas distintas camadas e feições, ao ser complexificado poderia provocar certa abertura no horizonte democrático. Isso se, no lugar de determinações, fosse possível encontrar pluralidades de passados ou utopias pretéritas. Vejamos a relação entre necessidade e liberdade expressa pelos editores:

> As ciências sociais têm usualmente pesquisado as determinações e os limites de ação, ou seja, o reino da necessidade. Sabemos que a liberdade e a necessidade se fazem presentes na vida do ser humano. O espaço da liberdade não é tão grande quanto possa supor uma história que não busque causalidades, mas, ao mesmo tempo, a ação humana não é completamente limitada. As utopias tiveram, têm e terão lugar no universo do homem (OS EDITORES, 1988, p. 3).

Ao mesmo tempo, tal perspectiva se entrelaça ao (re)começo de um movimento negro e indígena, nomeados posteriormente de educadores (GOMES, 2017; MUNDURUKU, 2012), justamente por proporem mudanças epistemológicas, mesmo em ambiente autorregulado como a universidade, como consequência da força e ação dos movimentos sociais. Desse modo, se for possível prorrogar certas expectativas da redemocratização como expressão do desejo de pluralização do passado e do futuro nacional, devemos ler e ouvir essas vozes que, para além do projeto editorial e teórico-historiográfico da revista *Estudos Históricos*, reivindicam com maior ênfase outros lugares e funções na narrativa histórica – como indício da permanência daquele horizonte.

No início da década de 1980, o esforço de ressignificação da democracia por meio da reavaliação do passado nacional, se manifesta também no conceito de quilombismo, como práxis afro-brasileira, proposto por Abdias Nascimento. Ao imaginar o conceito numa longa tradição de resistência e associativismo negro no Brasil, o autor aponta para o passado e para o futuro: quilombismo como tradição de lutas pretéritas e como utopia antirracista. Um dos mecanismos de produção de um futuro mais democrático estaria na ideia de recuperar uma memória ou história afro-brasileira. Abdias Nascimento propõe ao governo brasileiro que "inclua um ativo e compulsório cur-

rículo sobre a história e as culturas dos povos africanos, tanto aqueles do continente como os da diáspora; tal currículo deve abranger todos os níveis do sistema educativo: elementar, médio e superior" (NASCIMENTO, 2019, p. 302). Ou seja, a ampliação da democracia, preconizada pelo resgate da história afro-brasileira e pela luta antirracista no âmbito jurídico da Constituição, implicava um desejo de recontar o passado nacional indicando os silenciamentos e os sentidos hegemônicos da historiografia. A historiografia e o ensino de História se tornaram lugares fundamentais para o esforço de redemocratização e intensificação da democracia. Beatriz Nascimento também refletiu sobre o conceito de quilombo tensionando o passado e o futuro da cidadania:

> Foi a retórica do quilombo, sua análise como sistema alternativo, que serviu de símbolo principal para a trajetória desse movimento. Chamamos isso de correção da nacionalidade. A ausência de cidadania plena, de canais reivindicatórios eficazes, a fragilidade de uma consciência brasileira do povo, tudo isso implicou uma rejeição do que era considerado nacional e dirigiu o movimento para a identificação da historicidade heroica do passado (NASCIMENTO, 2021, p. 165)

Corrigir a nacionalidade significa torná-la mais democrática em suas representações e sentidos, reivindicando uma cidadania mais robusta por meio da formação de uma consciência popular – temas fundamentais para o ensino de História e para a historiografia. Em diálogo com o horizonte da redemocratização e seus inacabamentos, atualmente Célia Xakriabá, ao pensar em contranarrativas históricas e na escola Xakriabá, indica a possibilidade de pluralização advinda da memória e de "(...) um fazer epistemológico que visa a nos construir como corpo-território em permanente processo de (re)territorialização – abertos, portanto, a uma historicidade que deve ser reativada pelas memórias que nos ensinam não só sobre o passado, mas também sobre o presente e o futuro (...)" (XAKRIABÁ, 2023:320). Trata-se de enfatizar outros passados da formação, outros marcos temporais, outras historicidades na composição nacional (KRENAK, 1999; SANTOS; PEREIRA; NICODEMO, 2022; SOUZA LEAL; REGO, 2024).

Diante das intenções ético-políticas dos editores (RANGEL; ARAÚJO, 2015) da revista "Estudos Históricos", buscaremos refletir primeiramente sobre o lugar de "Ronda noturna" (1988) na economia narrativa da revista, ou

mais especificamente, no projeto de delinear os "caminhos da historiografia" em fins da década de 1980. A sugestão é estabelecer uma relação metonímica entre o artigo de Ricardo Benzaquen e a história da historiografia enunciada no período, buscando reconhecer uma certa atmosfera histórica e o compartilhamento do horizonte da redemocratização. Assim, a década de 1980, longe de uma década perdida, engendra um intenso debate sobre o conceito de democracia articulando o passado, o presente e o futuro nacional (COUTINHO, 1984; ALMEIDA, 2011).

Além da abordagem da historiografia brasileira, parece-nos possível e necessário pensar o ensino de História nessa longa duração das expectativas gestadas aquém e além da década de 1980. O que pretendemos destacar, portanto, ao mobilizar maneiras de pluralização dos passados, é justamente a relação entre historiografia, redemocratização e ensino de História. O segundo movimento argumentativo que propomos é o de indicar que "Mas não somente assim!" (2006) reverbera essa mesma expectativa de pluralização da democracia e da cidadania. A tematização da autoria pela leitura, argumento central do artigo, se aproxima das perspectivas de autonomia e cidadania que foram modeladas ao longo da redemocratização.

Acreditamos que "Ronda noturna" e "Mas não somente assim!" compartilham um certo horizonte de expectativas, apesar de bastante distantes em marcações temporais convencionais. Além disso, historiografia e ensino de História se tocam nas categorias e sentidos conferidos à história nacional, suas tensões, violências, silêncios, ausências. A Lei 10.639/2003, e posteriormente a Lei 11.645/2008, consolidam uma expectativa ético-política que ganha contornos na redemocratização e se intensifica nos anos vindouros – demarcando avanços e obstáculos para uma democracia de alta intensidade. Ao mesmo tempo, é pela crítica à unicidade e à monotonia (apenas um som) como possível resultado da escrita da história moderna que a leitura aparece como caminho para a compreensão da autoria. Ou seja, se Mattos enfatiza a possibilidade de pensar a autoria pelo ato da leitura, é pela condição de leitor de Capistrano que Benzaquen produz uma reflexão sobre a historiografia e, por ela, sobre a modernidade.

O ACASO QUE RONDA O PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO

"Ronda noturna" foi publicado no primeiro número da revista "Estudos Históricos", em 1988. No entanto, ele foi elaborado para apresentação no curso do professor Otávio Velho, no Museu Nacional/UFRJ, durante o primeiro semestre de 1986. O texto foi discutido no Grupo de Trabalho Pensamento Social no Brasil da XI Reunião da ANPOCS, assim como em Seminário dirigido por Luiz Costa Lima na Fundação Casa de Rui Barbosa. Ricardo Benzaquen reconhece, em nota de rodapé, seu débito com as leituras e comentários realizados, em oportunidades distintas, por Ilmar R. de Mattos, Marcos Veneu, Lúcia Lippi de Oliveira e Ângela de Castro Gomes (ARAÚJO, 1988, p. 28). A nota de rodapé, nesse caso, traça uma certa genealogia e duração do processo de lapidação dos argumentos e da escrita do artigo, apresenta-se também como indício da intercessão entre historiografia e redemocratização, entre o projeto editorial da revista e os argumentos mobilizados em "Ronda noturna". Ou seja, pretendemos destacar aqui não somente uma sociabilidade intelectual definidora de uma maneira de pensar a história da historiografia – já brevemente explorada no diálogo entre autores e editores –, mas também compreender certas intenções no esforço de historicizar as condições teóricas e metodológicas que possibilitam a pesquisa, a escrita e a circulação do conhecimento histórico.

Salvo engano, "Ronda noturna" parece nos remeter à vigilância representada por Rembrandt em seu famoso quadro homônimo do século XVII. Se tal abordagem não configurar um excesso interpretativo, Capistrano de Abreu estaria figurado como uma espécie de guardião da verdade histórica, evitando invasores que pudessem comprometê-la. A capacidade crítica e a habilidade no manejo das fontes, demonstrada na ronda de Capistrano de Abreu e sublinhada por seus comentadores, afugentaria a mentira e o equívoco do conhecimento histórico. A caracterização de Capistrano como "nosso mais importante historiador 'moderno'", portanto, deriva da sua capacidade de controlar duas etapas distintas da produção do conhecimento histórico, a saber: o estabelecimento de fatos e sua interpretação (ARAÚJO, 1988, pp. 33-34). Identificar o engodo, por meio do método crítico, e narrar os eventos, em consonância com a ideia de enredo, são competências que repousam em Capistrano de Abreu, tornando-o um ponto de inflexão na história da historiografia brasileira em

seu constante movimento de erigir antecessores e modelos de virtude historiográfica. Aqui reside a entrada de Benzaquen como leitor de Capistrano.

"Ronda noturna" inicia-se com a significativa epígrafe de Alexis de Tocqueville: "Como o passado deixou de lançar a sua luz sobre o futuro, a mente humana vagueia na obscuridade" (ARAÚJO, 1988, p. 28).[3] O mote proposto direciona o leitor para a sensação de dissolução do *topos* da história *magistra vitae*, para um regime de historicidade moderno que estabelece uma diferença significativa entre passado e futuro, destacando certa incapacidade de orientação através da história (KOSELLECK, 2006). O que parece estar em jogo, no entanto, é justamente uma aproximação entre passado e terror. Benzaquen entende que uma consequência importante da crítica histórica moderna seria "tornar o passado um lugar sombrio, misterioso, presidido pelo esquecimento, onde praticamente qualquer coisa pode ter acontecido" (ARAÚJO, 1988, p. 40). A tradição e a memória não somente tornam o passado um lugar sombrio, mas também o futuro, sem a luz que emana do conhecimento histórico, torna-se algo fugidio, um tempo que avança perenemente e dificulta a capacidade de orientação (ARAÚJO, 1988, p. 41).

Desse modo, a tematização, em "Ronda noturna", do surgimento do conceito moderno de história possui como corolário o eclipse de uma dimensão trágica na narrativa histórica. Trata-se, nesse caso, de pensar menos as virtudes epistêmicas do historiador cearense (OLIVEIRA, 2013) e mais um tipo de narrativa que configura sentido ao passado, distanciando-o do determinismo e do terror autoritário. Vejamos como Benzaquen entende a tragédia como ponto de articulação entre as concepções clássica e moderna de história:

> Na verdade, o confronto com a tragédia parece constituir-se em um traço de união que, além de articular o método crítico com a prática narrativa, permite que se vislumbre uma ligação entre as concepções clássica e moderna de história. Desse modo, no que se refere à primeira delas, vemos que o esforço para se subjugar o caos, o acaso e o terror, passa pela afirmação de uma autoridade explícita que se vale da legitimidade conferida pela tradição para edificar modelos que se pretendem capazes de assegurar orientação e verdade aos homens (ARAÚJO, 1988: 51).

O que Benzaquen destaca, no trecho citado, é como a substituição de uma verdade pautada pela ética para uma verdade erigida por meio do estabe-

lecimento dos fatos, além de definir uma nova concepção de história, faz do passado um lugar distante a ser desvendado. Somente o manejo crítico das fontes e a organização narrativa minimizariam ou inviabilizariam as incertezas diante do passado, transformando a escrita sobre o passado em uma operação historiográfica, definindo a autoridade do/a historiador/a pautada em protocolos críticos e metodológicos (CERTEAU, 2002). Acompanhemos um pouco mais o argumento de Ricardo Benzaquen:

> Assim, é justamente a conversão do lugar de onde o historiador fala em um espaço invisível que vai promover o fortalecimento de sua autoridade, aumentando a influência e o poder de persuasão da reconfortante e reguladora ótica por ele veiculada, em um movimento que só faz ampliar a eficácia do papel desempenhado pela concepção moderna de história nesta incessante batalha travada pelo Ocidente contra a tragédia (ARAÚJO, 1988: 51-52).

Diante da batalha travada contra o trágico na modernidade, talvez seja possível ler "Ronda noturna" por meio da dobra do seu próprio argumento. Ou seja, reconhecendo nele um esforço teórico-metodológico de garantir a possibilidade de lidar com a dimensão trágica da experiência histórica brasileira recente, sem uma pacificação excessiva e artificial do passado ou esforço genealógico que inviabilize a diferença – como um esforço de manter a abertura do passado e do futuro. Portanto, a tematização da tragédia talvez nos permita compreender a experiência autoritária brasileira como o lugar do terror, como um passado recente que se faz temido e ainda sentido, permanecendo como trauma ou ferida. Desse modo, evitando explicações causais demasiadamente harmônicas e lisas, uma percepção historiográfica trágica parece manter o passado aberto para injunções narrativas, aberto às possibilidades variáveis de conexões causais, arredio a qualquer tentativa de unicidade e totalidade.

A historiografia moderna, em sua narrativa desejosa de produzir sentido e estabelecer conexões, acaba por elencar eventos, segundo causas e efeitos, ordenando minuciosamente o passado. Como vimos antes, o próprio editorial da revista "Estudos Históricos" já apontava para o desejo de lidar teoricamente com a indeterminação e o acaso na narrativa historiográfica. Desse modo, o processo de domesticação do já vivido se torna um efeito teórico-metodológico e narrativo de organização das experiências passadas, tendo como centros de inteligibilidade o início e o fim de cada narrativa e o controle da ex-

pressão autoral – em seus aspectos subjetivos e ideológicos. Tal proposta de leitura nos permite a seguinte indagação: a historiografia, em sua expressão moderna, seria capaz de construir um sentido narrativo, apartado do terror, para o passado autoritário recente da ditadura militar brasileira?

Para reforçar a hipótese de que "Ronda noturna" se articula de maneira sutil com uma atmosfera histórica da redemocratização, não como reflexo direto e previsível do contexto, mas como expressão do interesse nas consequências teóricas da supressão de uma dimensão trágica da história, faremos um breve desvio. Ricardo Benzaquen, em seus artigos de fins da década de 1970 e início de 1980, dedicou-se à análise das modulações do totalitarismo brasileiro, em suas variações e especificidades locais. Seu intuito não seria verificar uma constância do autoritarismo no passado nacional, mas sim compreender suas modulações e expectativas, inclusive como o totalitarismo operava com noções de liberdade, igualdade e cidadania (BENZAQUEN, 2019, pp. 24-25). Elide Rugai Bastos, ao analisar a escolha de Ricardo Benzaquen pelo integralismo como tema de pesquisa, diz-nos:

> Se o cenário eleito para a pesquisa conjunta – o projeto Brasiliana – define o período do estudo, a escolha do integralismo como alvo da investigação não se explica somente por esse enquadramento. De um lado, considera "que a revolução de 30 deva ser encarada como uma peça-chave para a compreensão do surgimento e da expansão do integralismo a partir de 1932" (Araújo, 1988a: p. 25). **O clima de indefinição e imprevisibilidade políticas do período provoca o aparecimento de novas propostas**. De outro lado, embora Plínio Salgado não possa ser considerado um dos autores mais importantes dessa década, é muito grande a repercussão de suas ideias e ações, resultando no fato de a Ação Integralista Brasileira se tornar o primeiro partido nacional de massa. Desse ponto de vista, podemos deduzir que Benzaquen considera a crise não só quadro que abriga uma revisão das normas de organização da sociedade, mas cenário que comporta um novo sentido heurístico, isto é, que predispõe ao surgimento de novas categorias analíticas [grifos nossos] (BASTOS, 2017: 560).

O clima de crise e indefinição, que se prolonga nas décadas de 1920-1930, mostra-se como fragmento relevante para a organização de uma agenda de pesquisa da década de 1980. Diante dessa possibilidade de leitura sincrônica, capaz de aproximar tempos distintos, parece-nos plausível que "Ronda notur-

na" expresse um desejo de reconhecer na tragédia uma possibilidade de abordar o imprevisto ou o inusitado, mesmo em cenários que parecem denotar permanências longínquas. O esforço historiográfico de pensar a eliminação de uma dimensão trágica da experiência, como corolário do processo de consolidação da disciplina, se apresenta, segundo o horizonte da redemocratização, como uma forma de complexificação do passado. Mantém-se, assim, um esforço de abertura do passado e do futuro, limitando o determinismo da explicação histórica. Pois, segundo Nietzsche, a tragédia, em sua origem grega, já se apresentava "desobrigada de efetuar uma penosa retratação servil da realidade" (NIETZSCHE, 1992, p. 54). Ou seja, mais do que a oposição entre realismo e idealismo, o que parece estar em jogo aqui é uma certa desconfiança diante não da realidade, mas de narrativas que produzem um efeito de realidade, pautando-se em explicações causais transparentes e perfeitamente engendradas.

Uma historiografia atenta à tragédia reconheceria que os personagens não possuem conhecimento do drama em sua completude, assim como do efeito de perplexidade que provoca no espectador (MORETTI, 2007, p.57-102). Como se a tragédia, em uma perspectiva historiográfica, fosse capaz de evitar os sentidos unívocos que minimizam os inúmeros acasos, incompreensões e aturdimentos da experiência humana, a quebra de certa previsibilidade mórbida. Entre os componentes clássicos da tragédia, Aristóteles destaca que "o que exerce o efeito mais importante sobre as almas são os elementos da narrativa (roteiro), a saber, as peripécias e os reconhecimentos" (ARISTÓTELES, 2011, p. 51). Esse parece ser o ponto de contato entre regimes historiográficos distintos, esse parece ser o lugar que exige ser constantemente averiguado, matizado e revisitado. Ou ainda, como destaca Marshall Berman na leitura que propõe de "Fausto" como tragédia do desenvolvimento, para além do autodesenvolvimento subjetivo e interior, existe um interesse radical de transformação do mundo (BERMAN, 1986, p. 40-41).

O argumento proposto por Benzaquen se adequa ao contexto de crise, aos momentos tomados por incertezas, tal como se apresenta a longa década de 1980 em seu incessante jogo de expectativas e frustrações. O que se pretende destacar aqui, valendo-nos dos argumentos de Elide Rugai Bastos, é uma certa heurística que se amolda ao período estudado e ao clima que perpassa a feitura de "Ronda noturna", uma reflexão que parece admitir variações do passado, outras combinações, indeterminações ou áreas cinzentas, como se

investisse em nuances. Dessa maneira, atentar para a dimensão trágica, como expressão do imprevisível na história, coaduna-se com uma percepção da década de 1980 que acredita que a narrativa e a crítica historiográfica nuançada do autoritarismo brasileiro possam orientar uma democracia vindoura. Democracia como horizonte de expectativa capaz de organizar uma experiência política desejada, sobretudo por meio de um ensino de história atento às múltiplas historicidades do passado e a elaboração da cidadania. O trágico se manifesta no ensino como abertura para outros passados, como índice de futuros contidos no passado.

Cabe destacar que o debate feito até aqui já coloca em movimento outro argumento central a ser discutido: a leitura como possibilidade de autoria. Afinal, falamos aqui de um Benzaquen leitor de Capistrano (e por ele da modernidade), exercendo nossas autorias também pela condição de leitores. Como afirma Ricardo Piglia, "muitas vezes, os textos transformaram o leitor em um herói trágico (e a tragédia tem muito a ver com ler mal), uma pessoa teimosa que perde a cabeça porque não quer desistir de tentar encontrar significado" (PIGLIA, 2005, p. 21).[4]

LEITURA, AUTORIA E CIDADANIA

O texto de Ilmar Mattos tem sido uma referência recorrente em aulas e reflexões sobre ensino de História. Sua escrita se dá por uma textura delicada e transgressora, no sentido em que tensiona premissas da disciplina histórica sem recusar a potência delas. O objetivo principal da leitura que aqui propomos é explicitar que, ao tratar do ensino de História, Mattos provoca e tensiona diferentes fundamentos do que tem sido chamado de ofício ou ateliê do historiador. Neste gesto, explicita a permanência de um horizonte de redemocratização, vivo principalmente pelo conceito de cidadania.

Para quem não leu este texto, antecipamos o seu argumento principal: a aula faz uma pessoa historiadora tanto quanto a escrita, pois ambas constroem, cada qual por um caminho, narrativas. Se este ponto fala evidentemente do ensino de História, reverbera de diferentes formas – deslocando pressupostos que organizam nossas (pré)compreensões sobre o que constitui a autoria – um ponto mais amplo e denso, a saber, a própria diferença entre teoria e prática. O gesto que permite essas transgressões é o reconhecimento da

centralidade da leitura na construção de qualquer autoria. Como faces complementares, leitura e autoria anunciam o diálogo como forma de construção de conhecimento.

Aula ou texto dependem da possibilidade do diálogo, da troca e da capacidade de ter "consciência do inacabamento" (FREIRE, 1996, pp. 21-35) – para citar uma referência que atravessa a redemocratização e mantém sua força ainda hoje. A ênfase na leitura para constituição de uma autoria implica uma descentralização do lugar de quem produz conhecimento e aprendizagem, pois o foco não é mais quem fala e escreve ou quem lê e escuta, mas o encontro. Essa descentralização pressupõe a democratização da experiência da própria aula ou do ensino em geral e, por ela, da historiografia. Indica que é através da escuta do passado que a história se faz possível, assim como é das escutas em diálogo que uma aula se forma (GUIMARÃES, 2023).

Essa descentralização anuncia a permanência da redemocratização como horizonte e permite um diálogo com o debate anterior feito a partir de "Ronda noturna", pois a "consciência do inacabamento" está explícita na crítica de Benzaquen à historiografia, quando esta normatiza o passado ao retirar dele sua dimensão trágica e sua imprevisibilidade. O que poderia resguardar a dimensão trágica da história é justamente este cuidado e atenção ao inacabado enquanto abertura para o possível e para o que não necessariamente comporta sentido. A aula como texto carrega, assim como a história, uma imprevisibilidade ou, no mínimo, cobra que reconheçamos alguma falta de controle que é, na verdade, condição para o diálogo e para a democracia. O ponto central da nossa leitura do texto de Mattos é: a valorização da docência e da aula como outra face do ofício do historiador nos parece uma continuidade do gesto de produzir aberturas democráticas, justamente porque, ao destacar a autoria docente, abre-se para a pergunta pela autoria discente. Mas se este é um resumo da nossa leitura, vale começar do começo, do título que nasce de uma cena.

Em uma exposição de monografias – celebração que envolve, implicitamente, um elogio e centralidade do texto na historiografia –, tudo corria na estabilidade dos pressupostos quando uma voz intervém: "Mas não somente assim!". Não somente pelo texto alguém se torna historiador, a aula é outra face central da historiografia. O argumento explicita que não é a escrita ou a voz

quem define a construção de uma história, mas a possibilidade de uma narrativa que, por sua vez, orienta outras histórias possíveis.

O título, ao incorporar esta intervenção, tem ainda uma outra direção igualmente importante: uma vez que a frase não foi dita por Mattos, mas por Selma Rinaldi, materializa que é da condição da leitura e escuta que uma autoria pode se fazer. O próprio argumento de Mattos, assim como o de Benzaquen, nascem da leitura. A diferença entre autoria e leitura fica, no mínimo, tensionada.

Esta tensão fica mais intensa em outra frase no começo do texto, que uma leitura apressada talvez não dê o valor que merece: "Pouco importa se a reflexão não era inteiramente nova; nova era a circunstância na qual era proposta, sob a forma de um convite" (MATTOS, 2007, p. 6). Aqui, novamente se disputa o que é ser autor e o que é historiografia, pois assim como a escrita da história (re)vive algo, a aula não define sua autoria pela originalidade do argumento, mas pelas condições nas quais se anuncia e se organiza. Saber falar o que já foi dito e que merece novamente ser contado é, neste caso, uma inteligência que toda docência na História deveria ter, mas que uma escrita enclausurada ou definida pela ideia de originalidade pode se esquecer, ou pior, desprezar. A aula como texto não fala necessariamente daquilo que nunca foi dito ou pesquisado, mas do que precisa ser rediscutido e revivido por um ensino enquanto abertura e pluralidade. Uma dedução possível da afirmação do texto de Mattos é que saber narrar o que ainda precisa ser (re)contado é papel central da aula de História e, por ela, da historiografia em geral. O que seria mais importante para a história do que saber distinguir, em todo o passado, o que merece ser (re)conhecido? Não se trata apenas de dizer que a historiografia depende de um interesse do historiador que vive em dado tempo, mas sim tomar a compreensão do mundo em que se vive, de saber o que interessa a esse momento, como condição para a historiografia, talvez até mesmo para fazer seu juízo, para avaliá-la.

No mínimo, o texto de Mattos enfatiza que, ao delimitar um eixo em comum, a diferença entre escrita e aula se rearticula como face complementar da historiografia, não mais definida pela originalidade, mas pela atenção ao que precisa ser dito e recontado. Neste mesmo caminho, a diferença entre a historiografia e ensino, como uma suposta diferença entre teoria e prática, entre quem opera no lugar da reflexão e quem aplica este conhecimento, perde

a hierarquia que por vezes lhe atribuem. Afinal, a originalidade da escrita ou da pesquisa histórica não é suficiente para definir sua força. Falar algo que nunca foi dito é menos importante do que dizer, ou melhor, recolocar o que precisar ser dito novamente. O engajamento ético-político em direção a uma formação cidadã, de leituras de aulas ou textos, é o que dá sentido à historiografia. Assim, novamente aparece um horizonte em redemocratização.

A redemocratização não é, aqui, uma chave a ser situada entre datas, mas uma pergunta que ainda é feita e que toda resposta a ela, por mais feliz que seja, teria de conviver com aquela afirmação enfática: "Mas não somente assim!". Antes de tudo, democracia é um tema relevante independentemente de ser nova ou não, pois sua força é ser como um convite a ser (re)feito sucessivamente. Diálogo e abertura, porém, não anulam a responsabilidade de quem conduz a aula, nem furta o argumento de operar por referências de autoridade, pelo contrário.

Se a primeira referência de autoridade que Mattos mobiliza é François Furet – inscrevendo novamente relações entre uma tradição francesa situada nos *Annales* e uma historiografia inscrita no sudeste brasileiro – a figura que de fato lhe dá contorno e forma é outra: Capistrano de Abreu. Furet ou Capistrano se intercambiam na imagem de uma historiografia moderna centrada na narrativa, só que com uma diferença central: Capistrano foi docente, lecionou. A reflexão sobre a escrita da história é animada sistematicamente pela trajetória de Capistrano como professor do Colégio Pedro II – o lugar docente como um tipo específico de narrador, aliás, também é explorado em "Ronda noturna". Vejamos como Ilmar apresenta a confluência:

> A experiência é reveladora. Então, contar a história pátria por meio de um texto ou por meio de uma aula não eram recursos entendidos como práticas distintas, razão por que o "historiador" e "a maior glória do magistério oficial brasileiro" se apresentavam como as duas faces complementares de Capistrano de Abreu (MATTOS, 2007: 8).

A autoria e a autoridade do suposto primeiro historiador moderno reforçam a imagem de que quem leciona também se faz historiador. Mais que isso, Capistrano também é uma referência em dupla contraposição a Furet: primeiro por este não integrar o ensino como parte da *Oficina da história* (FU-

RET, 1975); segundo pela sua defesa insistente em não reduzir a História do Brasil a uma parte da História das civilizações.

Ainda sim, é do limite desta personagem, Capistrano de Abreu como docente ressentido com seus alunos, um professor que falha, que Mattos começa a desdobrar algo que já foi pontuado: se o caminho que anuncia a autoria de uma aula são as leituras que permitem essa mesma aula, há ainda outra autoria em cena, aquela que escuta a aula e assim dialoga com ela. No lugar de reduzir a qualidade deste autor, a falha é a abertura para se falar do quanto escrita e pesquisa não formam necessariamente um bom professor. Isso porque se o texto mantém distância entre autoria e leitura, a aula não. "A aula de história como texto é criação individual e coletiva a um só tempo" (MATTOS, 2007, p. 14). Na aula, o que acontece é vivo e explícito, nem que seja no incômodo silêncio ou no ruído perturbador da turma. A aula, assim como a democracia, falha. O texto também, a diferença é que a escrita não tem a sua frente a resposta de quem lê. De todo modo, o que se reforça é a "consciência do inacabamento", cor fundamental que anuncia um horizonte histórico:

> De modo cada vez mais acelerado, deslocam-se os modelos europeus de cultura; os Estados Unidos tornam-se o centro de produção e circulação global de cultura; e a descolonização do Terceiro Mundo faz emergir as sensibilidades descolonizadas. Sob o impacto da globalização e da compressão das dimensões espaço-temporais, os três grandes pilares da identidade e da cultura nacionais – as grandes narrativas da história, da língua e da literatura – são cada vez mais postos em questão. **Produzem-se novas identidades, ao mesmo tempo em que novos sujeitos emergem no cenário político e cultural. A abertura para a diferença e o progressivo deslocamento em direção às margens revelam novos atores e autores**. **Neste mesmo movimento, alguém mais ganha dimensão: o leitor.** [Grifos nossos] (MATTOS, 2007: 10).

O horizonte apresentado na citação explicita a redemocratização como herança, ou seja, como a historiografia se transforma e modela em sintonia com a atmosfera política que lhe circunda e está em movimento desde os anos 1980. Todos esses diferentes movimentos apontam para um deslocamento da escrita (do texto) para a voz (da aula), a qual só tem sentido pela escuta e pela resposta/recepção de quem a integra. A aula só ganha sentido, e por meio dela a historiografia, se for capaz de pluralizar outras maneiras de compreender

e organizar a vida. A aula de História é uma narrativa que permitirá outras narrativas. Se o texto de Ilmar Mattos reafirma o conceito de cidadania no seu resumo e na sua conclusão, compreendemos cidadania aqui como possibilidade de engajamento com a vida coletiva, ou melhor, em sintonia com a democracia enquanto experiência e possibilidade de abertura. Há algo de transgressor e amplamente subversivo no argumento de Mattos, ainda que posto de forma delicada, pois o mundo que se deseja pelo ensino é coletivo sem recusar a individualidade, assim como foram, nos parece, os sonhos e horizontes que animaram a redemocratização, a despeito de todas as forças reacionárias ainda em ação, especialmente no governo, naqueles mesmos anos.

CRUZANDO HORIZONTES

Capistrano de Abreu não é uma referência para Ricardo Benzaquen e Ilmar Mattos apenas; é reconhecido como cânone na historiografia brasileira e seu lugar foi cuidadosamente lapidado (Gontijo, 2013; Freixo, 2015). Isso não quer dizer que tenha o mesmo sentido, ou, voltando à centralidade dada à leitura, seja lido de uma mesma forma. "Ronda noturna" parece fazer um movimento de "fora" para "dentro", de uma compreensão do que seja a historiografia moderna e de seus riscos para, depois, acessar a especificidade de Capistrano. "Mas não somente assim!" opera o gesto oposto: de "dentro", do exercício da aula como texto, situa um olhar para "fora", a possibilidade de propor o ensino como caminho para a cidadania. No mínimo, Mattos produz, através da figura de Capistrano, uma rasura no que se define por ofício ou ateliê do historiador.

A diferença entre esses caminhos não anula um eixo comum e central: o reconhecimento de que a operação historiográfica pode ensejar a domesticação do passado, provocando silêncios e simplificações. Se a necessidade de reconhecimento do acaso é um ponto em comum entre o editorial de abertura da revista "Estudos Históricos", "Ronda noturna" e "Mas não somente assim!", é evidente que a diferença entre "ciências sociais" e "história" não apenas refaz uma certa tradição de inspiração francesa (próxima ao texto de Furet [1975] citado por Mattos em seu artigo de 2006), mas demarca um compromisso ético-político. A questão é que, depois da leitura de "Ronda noturna", não nos parece possível situar esse risco da unicidade da "regularida-

de" como um traço alheio à própria ciência histórica. O interesse de revisitar a produção historiográfica de Capistrano parece dialogar com a conjuntura de consolidação da disciplina e da redemocratização. Se existe um certo consenso de que a consolidação da história da historiografia se dá na década de 1980 (NICODEMO; SANTOS; PEREIRA, 2018; SANTOS, 2020), talvez seja possível sugerir a relação dessa historiografia com o horizonte democrático que se desenhava.

Assim, o ponto central da nossa escrita é indicar que "Ronda noturna" e "Mas não somente assim!", apesar da distância temporal da publicação, compartilham um horizonte – que se inicia com as expectativas políticas mobilizadas na transição e que ainda permanecem como fundamentos para o devir da democracia. Para isso, não é suficiente enfatizar apenas a importância dada ao historiador cearense Capistrano de Abreu. A questão fundamental é reafirmar que "Ronda noturna" participa de um interesse renovado e renovador da história da historiografia como parte do processo de redemocratização. O próprio interesse pela história da historiografia dialoga com a redemocratização (ARAÚJO, 2012), o que a primeira edição da revista "Estudos Históricos" já anuncia.

"Mas não somente assim!", por sua vez, é um índice da permanência da redemocratização como um horizonte ainda vivo. O debate sobre educação que vivemos hoje – assim como o próprio deslocamento de um interesse pela educação em geral para um interesse pelo "ensino de…", deslocamento que o artigo de Ilmar Mattos reafirma pela ênfase no ensino de História – é uma herança viva da redemocratização. Assim, compreendemos que a dissolução de chaves interpretativas explícita ou implicitamente fundadas num sujeito universal (GUIMARÃES, 2022) ou em conceitos totalizantes como "didática" ou "currículo" – dissolução por vezes descrita na historiografia como "crise das grandes narrativas" –, se apresenta como dilema e limite, implica inevitavelmente uma ampla abertura para escutas, diálogos e formulação de novas questões. Os anos 1980 não viram apenas um desejo pela democracia se organizar publicamente, em oposição às heranças explícitas do regime militar brasileiro, viram também esse desejo ser expresso em diferentes direções, inclusive na educação e na escrita da história.

No que diz respeito à educação de forma ampla, o debate pela ampliação do acesso à escola pública, sintetizado na redemocratização em experiências

como a formação do *Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública* (KATAOKA; MARCASSA, 2022), teve consequência por longos anos. No limite, não faz sentido separar a própria Lei de Diretrizes e Bases (1996), assim como alterações fundamentais que ela sofre, como as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, dos debates vividos ao longo da redemocratização, posto que as ações dos movimentos sociais iniciados lá se mantêm e colhem frutos nos dias de hoje (GOMES, 2017).

O que se abre como campo de pesquisa desde os anos 1980 e se intensifica hoje é justamente este jogo entre escuta e voz, rompendo a condição de passividade por vezes atribuída a sujeitos históricos do passado ou do presente. O movimento de repensar os sujeitos históricos teve diferentes consequências para a compreensão da vida política e social brasileira, seja na historiografia ou no ensino de História. Mais que isso, o cuidado em não domesticar o passado se soma à ênfase na leitura/escuta como pluralização de autorias, de forma que hoje é possível, e necessário, repensar quem de fato tem nos orientado. Uma questão central para a historiografia hoje seria ouvir o que foi produzido, pelo menos desde os anos 1980, como resultado da força dos movimentos sociais que emergiam e produziam escritas da história. A inescapável presença de nomes como Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento ou Daniel Munduruku não só nos (re)lembra da redemocratização, como indica que a permanência de referências como Furet ou Rembrandt não é tudo o que nos forma. Já há muito ouvimos e lemos vozes que hoje disputam lugar entre cânones como Capistrano de Abreu. Enquanto futuro, porém, há de se reverem futuros imaginados também no passado, algo chamado por uns de *Anjo da história* e por outros de *Sankofa*.

Assim, há um caminho da redemocratização enquanto surgimento de *novas personagens históricas* que tem tido diferentes desdobramentos. Dessa irrupção se abre a pergunta por quem pode, ou não, narrar uma história. Ou seja, da pergunta por quem foi sujeito histórico se desdobra a indagação por quem pode ser narrador. O futuro gestado neste passado que ainda tateamos é o reconhecimento de que há, também, epistemologias em jogo nestas vozes. Não só narrações, mas teorias da história. A referência ao debate sobre o conceito de quilombo e/ou quilombismo no começo deste artigo é apenas um exemplo inicial deste caminho. Por ele, como diria Sanjay Seth (2013), a história como ciência não seria a única forma de raciocínio histórico, o que não

implica recusar sua força e potência, mas reconhecer que a domesticação do passado – que a revista "Estudos Históricos" denunciava em sua abertura – acontece quando ela se pretende hegemônica. Pelo contrário, se for como uma aula dialogada e disposta ao trágico, a escrita da história, e fundamentalmente a pesquisa que a antecede, estará aberta à escuta e à leitura, ou seja, ao trânsito "(…) entre o mundo da leitura e a leitura do mundo" (MATTOS, 2007, p. 10).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de história colonial (1550-1800)*. Rio de Janeiro: M. Orosco & C., 1907.

ALMEIDA, Gelsom R. *História de uma década quase perdida*: PT, CUT, crise e democracia no Brasil: 1979-1989. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. Ronda noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. *Estudos Históricos*, n.1, Rio de Janeiro, p.28-54, jan. 1988.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. *Zigue-zague*: ensaios reunidos (1977-2016). Seleção e organização: Carmen Felgueiras, Marcelo Jasmin e Marcos Veneu. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; São Paulo: Editora Unifesp, 2019.

ARAÚJO, Valdei L. O século XIX no contexto da redemocratização brasileira: a escrita da história oitocentista, balanço e desafios. In: Valdei Lopes de Araújo; Maria da Glória de Oliveira (Orgs.). *Disputas pelo passado*: História e historiadores no Império do Brasil. Ouro Preto: Editora da Universidade Federal de Ouro Preto, 2012, pp. 8-41.

BASTOS, Elide R. Sobre os princípios: Ricardo Benzaquen e o pensamento social. In: *Sociologia e antropologia*. Rio de Janeiro, v. 07, 2017.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CEZAR, Temístocles. Hamlet brasileiro: ensaio sobre giro linguístico e indeterminação historiográfica (1970-1980). In: *História da historiografia*: *International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 8, n. 17, 2015.

COUTINHO, Carlos N. *A democracia como valor universal e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIXO, André de L. "Ein Freund Deutschlands", ou, o Capistrano de Abreu de José Honório Rodrigues. In: MEDEIROS, Bruno F; SOUZA, Francisco G; BELCHIOR,

Luna H; RANGEL, Marcelo M; PEREIRA, Mateus H. F. (Orgs.). *Teoria e historiografia*: debates contemporâneos. Jundiaí: Paco Editorial, 2015, pp. 297-318.

FURET, François. *A oficina da história.* Lisboa, Gradiva, s/d.

FURET, François. L'Atelier de l'historien. *Diogène*, Paris, nº 89, 1975.

GOMES, Nilma L. *O movimento negro educador.* Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: vozes, 2017.

GONTIJO, Rebeca. *O velho vaqueano.* Capistrano de Abreu: memória, historiografia e escrita de si. Rio de Janeiro: 7Letras, Faperj, 2013.

GUIMARÃES, Géssica. *Ensaio feminista sobre o sujeito universal*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022.

_____. Disciplina e experiência: construindo uma comunidade de escuta na teoria e no ensino de História. In: *História da historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 14, n. 36, pp. 373-401, 2021.

hooks, bell. *Ensinando a transgredir*. A educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

KATAOKA, Emyly K., MARCASSA, Luciana P. O ideário democrático e popular e a luta pela democratização da educação: controvérsias teóricas, estratégicas e táticas. In: *Educação em revista,* Belo Horizonte, 2022.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KRENAK, Ailton. O eterno retorno do encontro. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A outra margem do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

MATTOS, Ilmar R. *O tempo saquarema*. São Paulo: HUCITEC Editora, 1987.

MATTOS, Ilmar R. "Mas não somente assim!". Leitores, autores, aulas como texto e o ensino-aprendizagem de História. *Tempo*, Rio de Janeiro, V. 11, 2006.

MORETTI, Franco. O grande eclipse: a forma trágica como desconsagração da soberania. In: ____. *Signos e estilos da modernidade*: ensaios sobre a sociologia das formas literárias. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MUNDURUKU, Daniel. *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)*. São Paulo: Paulinas, 2012.

NASCIMENTO, Abdias. *O quilombismo*: documentos de uma militância pan-africanista. São Paulo: Editora Perspectiva; Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. In: NASCIMENTO, Beatriz. *Uma história feita por mãos negras*: relações raciais, quilombos e movimentos. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NICODEMO, Thiago L.; SANTOS, Pedro A. C.; PEREIRA, Mateus H. F. *Uma introdução à história da historiografia brasileira (1870-1970)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *O nascimento da tragédia ou helenismo e pessimismo*. Tradução J. Guinsburg. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

OLIVEIRA, Maria da G. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2013.

OS EDITORES. Por uma Revista de História. *Estudos Históricos*, n.1, Rio de Janeiro, p.3-4, jan. 1988.

PIGLIA, Ricardo. *El último lector*. Barcelona: Editorial Anagrama, 2013.

RANGEL, Marcelo de M.; ARAÚJO, Valdei L. Apresentação – Teoria e história da historiografia: do giro linguístico ao giro ético-político. In: *História da historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*. Ouro Preto, v. 8, n. 17, 2015.

SANTOS, Pedro A. C.; PEREIRA, Mateus H. F.; NICODEMO, Thiago L. Por onde deve começar-se a história do Brasil?: eurocentrismo, historiografia e o antropoceno**.** *Topoi* (Rio Janeiro) 23 (49). Jan-abr. 2022.

SANTOS, Wagner G. *A invenção da historiografia brasileira profissional*. Geografia e memória disciplinar, disputas político-institucionais e debates epistemológicos acerca do saber histórico no Brasil. Vitória: Editora Milfontes, 2020.

SETH, S. Razão ou raciocínio? Clio ou Shiva?. In: *História da historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 6, n. 11, 2013.

SOUZA LEAL, Bruno; REGO, Ana Regina. Entre Koselleck e Krenak: diálogos entre espaço de experiência, horizonte de expectativas e ancestralidade. In: *História da historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*. Ouro Preto, v. 17, pp. 1-24, 2024.

SOUSA, Francisco G. Escritas da história nos anos 1980: um ensaio sobre o horizonte histórico da (re)democratização. *Anos 90*, Porto Alegre, volume 24, 2018.

XAKRIABÁ, Célia. Amansar o giz. In: CARNEVALLI, Felipe; REGALDO, Fernanda; LOBATO, Paula; MARQUEZ, Renata; CANÇADO, Wellington (Orgs.). *Terra*: antologia afro-indígena. São Paulo/Belo Horizonte: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

NOTAS

[1] "A revista *Estudos Históricos* é um periódico quadrimestral que, a cada número, trata de uma temática específica. Publicada de forma ininterrupta desde 1988, a revista destaca-se por seu perfil interdisciplinar. Vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais (PPHPBC) do CPDOC/FGV, (...) o periódico também tem sido um elo importante de comunicação entre programas de pós-graduação, particularmente na área de História e Ciências Sociais". Disponível em: https://periodicos.fgv.br/reh/about. Acesso em: 23/06/2026.

[2] A primeira edição da revista reúne os seguintes nomes, entre artigos, entrevistas e ensaio bibliográfico: Manoel Luiz Lima Salgado Guimarães (Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional), Francisco Iglésias (José Honório Rodrigues e a historiografia brasileira), Francisco Falcon (Historiografia portuguesa contemporânea: um ensaio histórico-interpretativo), Luiz Eduardo Soares (Hermenêutica e ciências humanas), Aspásia Camargo (O historiador e a história: um relato de François Furet), Boris Fausto (Organizando a História Geral da Civilização Brasileira), Ronaldo Vainfas (A problemática das mentalidades e a inquisição no Brasil colonial). Os editores da revista eram: Angela de Castro Gomes, Gerson Moura e Lúcia Lippi Oliveira.

[3] Vale dizer que a epígrafe foi retirada da fundamental compilação dos ensaios de Ricardo Benzaquen, organizada por Carmen Felgueiras, Marcelo Jasmin e Marcos Veneu. Ver: ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Zigue-zague: ensaios reunidos (1977-2016). Seleção e organização: Carmen Felgueiras, Marcelo Jasmin e Marcos Veneu. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; São Paulo: Editora Unifesp, 2019.

[4] No original: "muchas veces los textos han convertido al lector en un héroe trágico (y la tragedia tiene mucho que ver com leer mal), un empecinado que pierde la razón porque no quiere capitular en su intento de encontrar el sentido" (Piglia, 2005, p.21). Tradução nossa.

CC BY

Submetido em: 27 de outubro de 2025
Aceito em: 05 de junho de 2026